

Trabalho Decente

Apresentação

Em 1999 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) formalizou o conceito de Trabalho Decente como uma síntese da sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), e condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2012, o Escritório da OIT no Brasil lançou o Perfil do Trabalho Decente no Brasil: Um Olhar sobre as Unidades da Federação, com o objetivo de analisar a grande heterogeneidade e diversidade de situações existente ao longo do território nacional em todas as dimensões do Trabalho Decente. Essa desagregação dos dados por UF, além da sua importância analítica, tem grande relevância para o desenho das políticas públicas. Valendo-se da oportunidade ímpar propiciada pela realização e divulgação final do Censo 2010 – ocorrida durante o ano de 2013 – a OIT, por intermédio do seu Escritório no Brasil e do Departamento de Estatística (STATISTICS) em Genebra, em cooperação técnica com o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o apoio da União Europeia, tomou a iniciativa de construir indicadores de Trabalho Decente para o conjunto dos 5.565 municípios brasileiros existentes no ano de 2010. Esta ação se constitui num insumo estratégico para a elaboração da Agenda e do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e elaboração de Agendas estaduais e municipais de Trabalho Decente. Os indicadores municipais também são estratégicos para subsidiar políticas públicas específicas, a exemplo do Plano Brasil Sem Miséria, que conta com uma importante vertente de inclusão produtiva, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), na medida em que permitem uma análise integrada das dinâmicas laboral, espacial, econômica e social. Ademais, essa iniciativa representa uma pioneira experiência mundial de construção de indicadores de Trabalho Decente a escala municipal.

O Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente (SIMTD) é composto pela base de informações (contendo dados absolutos e os indicadores de Trabalho Decente) e pelos relatórios municipais, que apresentam a situação do Trabalho Decente em cada um dos 5.565 municípios a partir da análise dos seus principais indicadores. Além do Censo 2010, o SIMTD utiliza outras importantes fontes de informações do IBGE – a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), Produto Interno Bruto dos Municípios e Cadastro

APOIO

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REALIZAÇÃO



Central de Empresas (CEMPRE). Adicionalmente, foram utilizados diversos registros administrativos e estatísticas oficiais oriundas das mais diversas instituições integrantes do Sistema Estatístico Nacional, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e registros da inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estatísticas da Previdência Social e informações dos programas de assistência social do MDS. Os dados se referem a distintos períodos, de acordo com a disponibilidade das informações e a natureza da análise, com predomínio para o período compreendido entre 2010 e 2013.

Principais Evidências para o Conjunto dos Municípios e Capitais

Apesar do avanço da formalização laboral durante a década, a informalidade ainda era expressiva na maioria dos municípios brasileiros em 2010

No ano de 2010, em um contingente de 3.304 municípios brasileiros (59,4% do total) mais da metade dos trabalhadores e trabalhadoras ainda situavam-se na informalidade, ou seja, estavam ocupados/as em postos de trabalho sem acesso à proteção social.

A Taxa de Formalidade¹ apresentava significativa variabilidade no território nacional: enquanto a média nacional era de 59,6%, a taxa variava de apenas 2,9% no município amazonense de *Juruá* até 90,1% no município de *Saudades* (em Santa Catarina).

A região Nordeste abrigava a metade dos municípios com predomínio de informalidade no mercado de trabalho

Frente ao conjunto dos 3.304 municípios do país no qual predominava a informalidade, 1.657 (o equivalente a 50,2% do total) pertenciam à região Nordeste, sendo concentrados na Bahia (382), Piauí (223), Paraíba (215) e Maranhão (213). Em seguida, figuravam as regiões Sudeste (581 municípios, sendo 468 em Minas Gerais) e Norte (415, sendo 138 no Pará).

¹ Corresponde à participação do somatório dos trabalhadores com carteira assinada, inclusive os trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total.

Trabalho Decente

Mesmo desfrutando de níveis de formalização maiores, as capitais abrigam 1 de cada 5 trabalhadores e trabalhadoras informais

Apesar do predomínio do trabalho formal em todas as 27 capitais brasileiras, 1 de cada 5 trabalhadores e trabalhadoras informais no país residiam nas mesmas. O conjunto das dez capitais com menores taxas de formalidade pertenciam às regiões Norte e Nordeste, que apresentam mercados laborais menos estruturados, em que pese a evolução mais acelerada do emprego formal registrado nestas regiões durante o período 2003/2010². As menores taxas de formalidade eram observadas em Macapá (53,6%) e Belém (54,5%), enquanto Vitória (76,8%) e Florianópolis (75,7%) figuravam entre as capitais com as maiores taxas.

Esforço concentrado em 24 municípios poderia reduzir significativamente o número de trabalhadores e trabalhadoras em situação de informalidade

Um grupo de apenas 24 municípios com mais de 100 mil trabalhadores e trabalhadoras em situação de informalidade - composto por diversas capitais e grandes centros urbanos - abrigava 6,8 milhões de pessoas ocupadas em trabalhos informais, o correspondente a 20,5% do total nacional (33,2 milhões).

A figura do *Microempreendedor Individual (MEI)* vem contribuindo significativa para a redução da informalidade em diversos municípios do país

No país, até 31 de dezembro de 2013, todos os municípios brasileiros já contavam com trabalhadoras e trabalhadores formalizados na condição de MEI. Nesta data, um significativo contingente de 3,66 milhões de trabalhadoras e trabalhadores já estava formalizado por intermédio da figura do MEI, o que contribuiu expressivamente para a redução da informalidade laboral. Com efeito, a título apenas de aproximação, este número de ocupados/as formalizados pelo MEI representava 11,0% do total da força de trabalho ocupada em trabalhos informais no país (33,2 milhões) no ano de 2010.

Considerando-se o conjunto das capitais, a representatividade da formalização via MEI vem sendo ainda mais significativa, na medida em que o contingente total de 1,12 milhões de pessoas já registradas no MEI ao final do ano de 2013 representava 17,1% do total de trabalhadoras e trabalhadores informais existentes em 2010. Em seis capitais esse percentual era ainda mais expressivo e superava a casa dos 20,0%: Belo Horizonte (24,2%), Florianópolis (22,5%), Rio de Janeiro (22,2%), Vitória (21,7%), Salvador (21,1%) e Palmas (20,3%).

² Durante este período, a expansão do emprego formal foi de 53,6% na média nacional e de 85,7% e 64,9% nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

Trabalho Decente

Em 2.144 municípios (38,5% do total) a administração pública responde por mais da metade de todo o emprego formal local

Em 31 de dezembro de 2012, a administração pública (predominantemente as prefeituras) respondia por mais da metade dos vínculos empregatícios formais em 2.144 municípios (38,5% do total). Em 1.066 municípios (19,2% do total) a administração pública era a responsável por mais de 75,0% de todo o emprego formal registrado no mercado de trabalho municipal.

O rendimento oriundo do trabalho assume grande relevância, mesmo entre os municípios com elevadas proporções de trabalhadores pobres

A promoção de oportunidades de acesso ao Trabalho Decente para homens e mulheres é um eixo central da estratégia necessária para que o Brasil possa avançar na superação da pobreza, da fome e da desigualdade social. O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos principais mecanismos por intermédio dos quais os seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas e, portanto, serem mais bem distribuídos. No Brasil, segundo os dados do Censo 2010, cerca de 75,0% do rendimento domiciliar era proveniente do trabalho. Isso significa que grande parte dos rendimentos familiares e, por conseguinte, das condições de vida das pessoas, depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho.

Em 5.199 municípios do país (93,4% do total) o rendimento do trabalho representava mais da metade do rendimento total domiciliar e mesmo na região Nordeste - a mais pobre do país e que, conseqüentemente, conta com um maior volume de transferência de renda oriunda de programas sociais, sobretudo do *Bolsa Família* – o rendimento do trabalho predomina (sendo superior a 50,0%) em 81,0% dos municípios.

Entre as municipalidades, a menor proporção era observada no município mineiro de Jequitibá (27,4%) ao passo em que a maior se verificava em Santa Rita do Trivelato (95,2%), no Mato Grosso.

Levando-se em conta o conjunto dos 4.060 municípios do país para os quais foi possível calcular a proporção de trabalhadores pobres, constata-se que em 25,0% dos mesmos a referida proporção alcançava no máximo 2,3%. No outro extremo, observava-se que em 1.015 municípios (25,0%), o percentual de trabalhadores pobres variava de 15,5% a 60,6%, sendo que, em 709 destes, a participação dos rendimentos do trabalho na renda domiciliar era superior a 50,0%. Tais informações revelam que a maioria dos *trabalhadores pobres* – inclusive

Trabalho Decente

os que integram famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - de fato, trabalham. Entretanto, ainda são em sua maioria trabalhos precários e informais. É preciso, portanto, que o país continue desenvolvendo políticas e iniciativas que promovam o combate à pobreza por meio da promoção do Trabalho Decente.

Concentração dos rendimentos oriundos do trabalho ainda é alta nas regiões mais pobres do país

O Índice de Gini³ do rendimento do trabalho principal da população ocupada de 16 a 64 anos de idade evidencia grande desigualdade entre os trabalhadores e trabalhadores na maioria dos municípios brasileiros. Em 3.972 municípios (71,4% do total), o índice era igual ou superior a 0,400, o que os configura como localidades de alta ou muito alta concentração. Os dados do Censo 2010 indicam que as regiões Norte e Nordeste apresentavam a maior proporção de municípios (89,1% e 80,1%, respectivamente) com índices situados naquele intervalo.

Na outra extremidade, 46,6% dos municípios da Região Sudeste demonstravam índices abaixo de 0,400, ou seja, de média ou baixa concentração. Dentre as unidades da federação com o maior número de municípios com baixa concentração (índice abaixo de 0,300), destacam-se Pernambuco (4,3%), Minas Gerais (2,6%) e São Paulo (2,2%).

A Taxa de Desocupação apresenta grande variabilidade espacial

A Taxa de Desocupação⁴ da população de 16 a 64 anos de idade alcançava 7,6% no conjunto do país em 2010, variando de menos de 1,0% em 70 municípios até superior a 20,0% em 31 municípios, entre aqueles para os quais foi possível realizar o cálculo. É importante ressaltar que entre as municipalidades com maior taxa de desocupação do país, destaca-se São Francisco do Conde (localizado na Região Metropolitana de Salvador) que, além de apresentar a taxa mais elevada entre os 417 municípios baianos, possuía o maior PIB *per capita* do Brasil em função, sobretudo, de abrigar uma das maiores refinarias de petróleo do país.

No âmbito das capitais, as menores taxas de desocupação eram observadas em Curitiba (4,7%) e Florianópolis (4,9%) e as maiores em Salvador (12,9%) e Recife (12,5%). É importante enfatizar que, de um modo geral, a desocupação é maior entre as mulheres e a população negra. Em Salvador, por exemplo, enquanto a taxa de desocupação era de 7,1% entre os homens brancos, alcançava 18,0% entre as mulheres negras, ou seja, mais do que

³ Este índice mensura a desigualdade de uma distribuição, variando de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (concentração absoluta ou desigualdade máxima).

⁴ Número de pessoas desocupadas sobre a PEA, multiplicado por 100.

Trabalho Decente

duas vezes superior. No Recife, observava-se a mesma tendência: 8,4% e 17,8%, respectivamente.

A promoção do Trabalho decente entre os jovens é mais um desafio

O Trabalho Decente é um direito das jovens gerações, sendo fundamental para garantir oportunidades de ocupação de qualidade no presente, tornando também factível a construção de melhores trajetórias ocupacionais futuras. Um dos principais traços estruturais do mercado de trabalho dos e das jovens no Brasil (assim como em diversos outros países) é a prevalência de taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que àquelas correspondentes à população adulta. Com efeito, em 2010, enquanto a Taxa Total de Desocupação (referente aos trabalhadores de 16 a 64 anos de idade) para o total dos municípios era de 7,6%, entre os jovens (de 15 a 24 anos de idade) essa cifra alcançava 16,0%.

Tratando-se do conjunto de 5.060 municípios brasileiros com possibilidade de cálculo deste indicador, observava-se uma significativa variabilidade; em 1.365 municípios a taxa de desocupação juvenil era inferior a 10,0%. Por outro lado, em 352 municípios a taxa variava de 25,0% a 57,4%. No caso das capitais brasileiras, Porto Velho (11,5%) e Goiânia (11,6%) detinham os menores níveis de desemprego entre os jovens ao passo em que Maceió (28,7%) e Salvador (27,9%) apresentavam os maiores níveis de desocupação.

No país, 21,7% dos/das jovens de 15 a 24 anos de idade não estudava nem trabalhava, o equivalente a 1 de cada 5 pessoas nessa faixa etária. Entre as jovens (27,4%) o percentual era bem mais elevado comparativamente aos jovens do sexo masculino (16,0%). Entre as capitais, São Luís apresentava o maior percentual (26,7% no total, sendo de 21,4% entre os homens e de 31,4% entre as mulheres), e Florianópolis o menor (13,5% no total, sendo 10,1% entre os jovens e 16,9% entre as jovens).

O expressivo diferencial entre a proporção de jovens homens e mulheres que não estudam e nem trabalham – observado na esmagadora maioria dos municípios - é bastante condicionado pelas relações de gênero e pelos estereótipos que delas são elementos constitutivos, que atribuem às mulheres a responsabilidade principal pelas atividades domésticas, o que se soma à ausência e/ou insuficiência de políticas de conciliação e corresponsabilidade, no âmbito do trabalho e da família. Devido a isso, apesar de possuir maiores níveis de escolaridade, as jovens apresentam, de um modo geral, maiores taxas de desemprego e de *inatividade*.

O afastamento das jovens da escola e do mercado de trabalho num percentual geralmente bastante superior ao dos homens é fortemente condicionado pela magnitude da

Trabalho Decente

dedicação das mesmas aos afazeres domésticos e às responsabilidades relacionadas à maternidade, sobretudo quando a gestação ocorre durante a adolescência. De fato, em 2010, entre as mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudavam nem trabalhavam, 48,3% eram mães. No caso das capitais, a referida proporção de jovens mães variava de 32,9% em Belo Horizonte até 55,3% EM Boa Vista. Evidencia-se, portanto, as dificuldades que enfrentam muitas jovens mulheres para conciliar trabalho, estudo e vida familiar.

A aprendizagem entre crianças e adolescentes de 14 e 15 anos de idade é pouco representativa em relação ao total de pessoas ocupadas nesta faixa etária

Apesar da contundente redução do trabalho infantil observada durante os anos 2000, o Censo 2010 ainda registrava a existência de 888,4 mil crianças e adolescentes de 14 ou 15 anos de idade trabalhando no conjunto dos municípios brasileiros.

Com o intuito de mensurar a parcela de crianças e adolescentes com 14 e 15 anos de idade que correspondia à condição de aprendiz, foram combinados os dados do Censo 2010 com os microdados da RAIS do MTE para o mesmo ano referentes ao número de aprendizes na mesma faixa etária informados pelos estabelecimentos declarantes. Diante do referido contingente de crianças e adolescentes de 14 e 15 anos de idade que estava trabalhando em 2010, a RAIS registrava apenas 23,8 mil contrato(s) de aprendiz(es) entre adolescentes de 14 e 15 anos de idade; ou seja, apenas 2,7% da população ocupada nesta faixa etária estava inserida na condição de aprendiz. Isso significa que, de um modo geral, o trabalho exercido por 97,3% dos adolescentes dessa faixa etária não era permitido por lei, se enquadrando, portanto, na categoria de trabalho a ser abolido.

Além desta pequena proporção de aprendizes na média nacional, causava inquietação o fato de que em 4.801 municípios, isto é, 86,3% do total, não se registravam um aprendiz sequer no ano de 2010.

Entre as capitais, a proporção de aprendizes de 14 e 15 anos de idade em relação ao total de crianças e adolescentes trabalhando na mesma faixa etária variava de apenas 1,7% em Fortaleza e Macapá até 26,6% em Florianópolis, sendo que Vitória apresentava-se como um caso à parte ao alcançar uma destacada e peculiar proporção de 83,7%.

Trabalho Decente

É reduzida a proporção de municípios com programas ou ações de combate ao uso de trabalho forçado

O Cadastro de Empregadores do MTE indicava que, em 30 de dezembro 2013, existiam no país 576 infratores (pessoas físicas e jurídicas) que foram flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão em um contingente de 316 municípios do país (5,7% do total).

Com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE, referente ao ano de 2011, um contingente de 197 destes 316 municípios (62,3%) não possuía programas ou ações de combate ao uso de trabalho forçado.

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho continua sendo um grande desafio na grande maioria dos municípios

Segundo os dados da RAIS do MTE, em um significativo contingente de 1.751 municípios brasileiros (31,5% do total) não existia nenhuma Pessoa com Deficiência (PCD) inserida no mercado formal de trabalho em 31 de dezembro de 2012.

Trata-se de uma informação que chama a atenção e é bastante inquietante, mesmo levando-se em conta que em alguns municípios não seja obrigatório o cumprimento da cota para PCD. Primeiramente, o Censo 2010 apontava a existência de um total de 61,5 mil PCD com deficiência severa⁵, que estavam à procura de emprego nestes municípios. Em segundo lugar, um significativo contingente de 1.259 desses 1.751 municípios sem vínculos formais de PCD (72,0% do total) a administração pública respondia por mais da metade do emprego formal, ou seja, na condição de principais empregadoras do mercado formal nestes municípios, as prefeituras poderiam empreender políticas e ações inclusivas de PCD nos seus quadros funcionais. Por fim, também é injustificável atribuir ao tamanho do mercado formal a impossibilidade de inclusão, na medida em que 767 desses municípios (43,8% do total) nos quais inexisteriam PCD inseridas, o número total de vínculos empregatícios formais era superior a 500, chegando a alcançar até 5.572.

Vale ressaltar que a ínfima participação de PCD na estrutura do emprego formal é um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, já que na média nacional, no ano de 2012,

⁵ Seguindo recomendações internacionais, o IBGE investigou os graus de severidade de cada deficiência, com o intuito de delimitar o público-alvo com deficiência severa, que foi considerado como o conjunto das pessoas que, para as deficiências visual, auditiva e motora, quando indagados se tinham dificuldade de enxergar, ouvir e de caminhar ou subir escadas respectivamente, declararam as opções de resposta “*sim, grande dificuldade*” ou “*sim, não consegue de modo algum*”. Também se considerou com deficiência severa o conjunto das pessoas com deficiência mental/intelectual

Trabalho Decente

os vínculos empregatícios ocupados por PCD representavam apenas 0,7% do total. Mesmo nas capitais, o referido percentual era também ínfimo, variando de apenas 0,3% em Palmas até 1,2% em Natal. Em São Paulo, por exemplo, apenas 35,3 mil dos 5,2 milhões de vínculos empregatícios formais (0,7% do total) eram ocupados por PCD, sendo que a Taxa de Desocupação da população com deficiência severa situava-se em 8,7% - o correspondente a 19,5 mil PCD à procura por trabalho.

A magnitude da Taxa de Desocupação (8,1%) entre as pessoas com deficiência severa é uma informação sintomática que serve para desmistificar as teses de que a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) desestimula a inserção laboral e de que não há pessoas com deficiência disponíveis no mercado de trabalho para preencher as cotas obrigatórias de emprego.

O descompasso entre o nível de instrução da população em idade potencial para trabalhar e a dinâmica do emprego formal

Apesar dos significativos avanços nos níveis de instrução da população no período recente, em 2010, observava-se a existência de 4.506 municípios (81,0% do total) nos quais mais da metade da população de 15 anos ou mais de idade figurava no grupo de indivíduos *sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto*⁶. Vale ressaltar que pela adequação idade-série do sistema educacional brasileiro, toda a população de 15 anos ou mais de idade já deveria ter concluído o ensino fundamental.

Na média nacional, cerca de 64,0% das pessoas nesta faixa etária se enquadravam entre os *sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto*. Ao longo do território nacional, esse percentual variava de 20,5% na capital catarinense Florianópolis até expressivos 88,4% no município de Melgaço, no Pará.

O mencionado baixo nível de instrução da população em idade potencial de trabalhar na maioria dos municípios brasileiros causa inquietação na medida em que as políticas de elevação da escolaridade e de educação profissional desempenham, efetivamente, um papel estratégico no combate à pobreza e às desigualdades sociais e para as possibilidades de acesso a um Trabalho Decente. Os dados da RAIS do MTE demonstram que, ao longo dos últimos anos, enquanto diminuiu o número de vínculos empregatícios formalizados para os trabalhadores analfabetos ou que possuem até sete anos completos de estudo (ensino

⁶ Pessoa que nunca frequentou escola ou creche; que frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos; frequentava curso de ensino fundamental; frequentou curso elementar; ou frequentou, mas não concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo.

Trabalho Decente

fundamental incompleto), cerca de 90,0% dos novos empregos surgidos exigiam pelo menos o ensino médio completo.

Apesar da sua importância, o trabalho doméstico apresentava elevados níveis de informalidade na grande maioria dos municípios

O trabalho doméstico desempenha um papel de suma importância na cadeia do cuidado, pois amortece, no âmbito das famílias e principalmente para as mulheres trabalhadoras, a pressão gerada pela necessidade de compatibilizar a inserção no mercado de trabalho com as responsabilidades familiares, em um contexto de insuficiência de políticas públicas nessa área. Apesar desta inequívoca importância para um significativo número de mulheres ocupadas e para a sociedade, de um modo geral, o trabalho doméstico ainda é desvalorizado e marcado pela precariedade das condições laborais e baixa proteção social, se constituindo, portanto, num dos principais núcleos do *déficit* de Trabalho Decente no Brasil.

Considerando-se o conjunto dos 436 municípios brasileiros que possuíam pelo menos 2 mil trabalhadoras e trabalhadores domésticos ocupados em 2010, observa-se que, num contingente de 365 municípios (83,7%), mais da metade da categoria não possuía carteira de trabalho assinada. Em um grupo de 68 desses municípios (sendo 64 pertencentes às regiões Norte e Nordeste) o percentual com carteira assinada não alcançava sequer os 25,0%. Vale destacar que neste grupo figuram diversos municípios de significativo porte populacional, incluindo-se as capitais Teresina (24,1% de trabalhadores/as domésticos/as com carteira), Macapá (24,5%) e Boa Vista (24,8%), além de Feira de Santana (21,6%) e Vitória da Conquista (19,9%) na Bahia, Petrolina (22,8%) em Pernambuco, Campina Grande (23,2%) na Paraíba, Sobral (9,7%), Juazeiro do Norte (11,7%) e Caucaia (14,2%) no Ceará e Santarém (16,7%) no Pará.

No referido grupo de 436 municípios, a proporção de trabalhadores/as domésticos/as com carteira assinada variava de 4,9% em Bragança (PA) até 68,0% em Nova Lima (MG). Entre as capitais, as menores proporções eram observadas em Teresina (24,1%) e Macapá (24,5%) – conforme mencionado anteriormente – enquanto as maiores se registravam em Florianópolis (62,3%) e Belo Horizonte (60,2%).

Na média nacional, a proporção era de 35,4%, sendo mais baixa entre as trabalhadoras negras (32,7%). Na capital da Bahia, Salvador, cujo trabalho doméstico assume relevância entre as mulheres e na qual a população é composta por cerca de 82,0% de pessoas de cor ou raça negra, o percentual de domésticas negras com carteira assinada era de 41,9% - menor em relação às brancas (46,7%) e à média municipal total (43,0%).

Trabalho Decente

A jornada de trabalho era excessiva em alguns municípios do país

Em 220 municípios brasileiros (3,9% do total), mais da metade da população ocupada de 16 a 64 anos de idade trabalhava mais de 44 horas semanais no ano de 2010, que corresponde ao atual limite estabelecido pela legislação brasileira. Destes, 51,4% estavam concentrados na Região Sudeste e 31,8% na Região Sul. Destaca-se o município de Arroio do Padre, no estado do Rio Grande do Sul, em que mais de 72,8% da população ocupada trabalhava acima do número de horas permitido por lei e o número de horas médias semanais trabalhadas atingia 56,1, a maior do país.

APOIO

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REALIZAÇÃO

